REVISTA INTERDISCIPLINAR R I E T EDUCAÇÃO E TERRITORIALIDADE

Letramento e autorias indígenas no Brasil: um estudo quantitativo nacional (2016-2024)

Literacy and indigenous authorship in Brazil: a national quantitative study (2016-2024)

Literatura Y autoría indígena en Brasil: un estudio cuantitativo nacional (2016-2024)

"[...] *a escrita transforma a coisa vista ou ouvida em forças de sangue [in vires, in sanguine]"* (FOUCAULT, 1992, p. 134)

Danielle Bastos Lopes
UERJ – Brasil/ Professora visitante na UAM -México
Rio de Janeiro, RJ, Brasil/ Cidade do México-México
E-mail: daniellebastoslopes@hotmail.com
Orcid: http://orcid.org/0000-0003-1614-0924

Juliana Rios
Rede municipal de educação da cidade de Petrópolis,
Rio de Janeiro, RJ, Brasil
E-mail: julianariosluiz@gmail.com
Orcid: https://orcid.org/0000-0003-2110-0097?lang=pt

Resumo: Este artigo analisa autorias indígenas no mercado de citação de livros didáticos e revistas científicas a fim de demonstrar se o letramento, a partir das literaturas escritas por autores indígenas, é realmente evidenciado no mercado das citações brasileiras. A pesquisa tomou como primeiras hipóteses o fato de que com a Lei 11.645/08, que torna obrigatório o ensino de culturas e histórias africanas e indígenas na Educação Básica, haveria maior inserção destes autores nos materiais didáticos. Para tanto, esta análise se divide em dois momentos: a análise, propriamente dita, do Plano Nacional do Livro Didático (PNLD 2020-2024) e, em um segundo momento, o estudo em revistas científicas. Conclui-se que as ausências das autorias ameríndias estão particularmente relacionadas a um sistema de indexação diglóssico, que apesar de ratificar por força de lei a obrigatoriedade da temática no sistema de ensino brasileiro, não faculta espaço para escritores indígenas.
Palavras-chave: Autorias Indígenas; Letramento; Plano Nacional do Livro Didático (PNLD).

RIET– ISSN 2676-0355, Dourados, v 5, n. 1, p. 11 a 25, jun./dez., 2026.

Este obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 3.0 Brasil

Abstract: This article analyzes indigenous authorship within the citation in the textbooks and scientific journals, aiming to determine whether literacy based on literature written by indigenous authors is truly reflected in Brazilian citation practices. The research begins with the hypothesis that, following the enactment of Law No. 11.645/08 — which mandates the teaching of African and Indigenous cultures and histories in Basic Education — there would be greater inclusion of these authors in Brazilian educational materials. To this end, the analysis is divided into two stages: first, a focused examination of the National Textbook Plan (PNLD 2020–2024); and second, a study of scientific journals. The findings suggest that the absence of Indigenous authorship is particularly linked to a diglossic indexing system which, although legally reinforcing the mandatory inclusion of this theme in the Brazilian educational system, fails to provide space for these writers.
Keywords: Indigenous authorship; Literacy; National Textbook Plan (PNLD).

Resumen: Este artículo analiza la autoría indígena en el mercado de libros de textos y revistas científicas para demostrar si la alfabetización, basada en la literatura escrita por autores indígenas, se destaca realmente en el mercado brasileño. La hipótesis inicial de la investigación es que, con la Ley 11.645/08, que establece la enseñanza de las culturas e historias africanas e indígenas en la educación básica, se lograría una mayor inclusión de estos autores en los materiales didácticos brasileños. Por lo tanto, este análisis se divide en dos partes: un análisis del Plan Nacional de Libros de Texto (PNLD 2020-2024) y, en segundo lugar, un estudio de las revistas científicas. Se concluye que la ausencia de autorías indígenas se relaciona particularmente con un sistema de indexación diglósica que, a pesar de ratificar legalmente la inclusión obligatoria de este tema en el sistema educativo brasileño, no ofrece espacio para estos autores.
Palabras clave: Autoría indígena; literatura; Plan Nacional de Libros de Texto (PNLD).

Data de recebimento: 15/10/2025
Data de aprovação: 22/12/2025
DOI: 10.30612/riet.v5i1.20750

Introdução

Este artigo analisa o impacto das autorias indígenas no mercado das citações brasileiras. Ainda que os espectros sobre letramento e literatura seja tema de complexidade emergente, pesquisas em escalas quantitativas já demonstram que o poder narrativo concentra-se em grupos dominantes (BASTOS LOPES; LUIZ, 2022; ALAVREZ, 2014; KLAHN, 2014; HAYASHI et. al, 2020). Claudia Lima Costa e Sonia Alvarez (2013, p. 582), sobre as publicações por mulheres afirmam que "quem é citado/a, onde e por quem – isto é, a geolingüística das citações – revelam as rotas, através das quais as teorias viajam e a forma com que linhagens intelectuais (hegemonicamente masculinas) são construídas e nomeadas no contexto global". Em muitos aspectos, os impactos sobre as citações são responsáveis não apenas pela formação dos cânones acadêmicos, mas implicam a geopolítica da escrita de si e a autoridade em pesquisas científicas.

Este obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 3.0 Brasil

Para observar estes contextos, ainda que sejamos críticos dos estudos que apresentam análises quantificadas que supõem "realidades empíricas", o artigo se dividiu nas seguintes seções: (1) o estudo do Plano Nacional do Livro Didático (PNLD 2020-2024). Aqui foram estudados os livros com maior profusão e apelos imagéticos a culturas nativas. Em (2) segundo aspecto, observou-se os periódicos científicos do sistema Qualis CAPES, divididos em duas palavras-chave. Nesta seção, apresentamos o estudo atualizado em relação a dados encontrados entre os anos 2016 a 2019[1], que teve como foco predominante, igualmente, o observatório sobre autorias indígenas (BASTOS LOPES; LUIZ, 2022). Portanto, mesclaram-se momentos de análise bibliográficas e estatísticas, o que derivou uma alternância entre momentos de coletas analíticas. Os usos dos etnômios[2] por autores indígenas, ao assinar o nome de suas etnias como autor principal e outros escritores, que preferiram ausentar esta categorização foram também, igualmente, analisados.

Letramento e autorias indígenas

Os estudos de Soares (2008) sobre Letramento apontam que, do ponto de vista linguístico, as habilidades de ler e escrever são muito conflitivas, envolvem transformações cognitivas e atravessamentos de várias ordens, especialmente o das diferenças culturais. A autora também estabelece uma distinção crucial entre os conceitos de alfabetização e letramento, definindo este último como o reconhecimento do uso da cultura escrita (BOTO, 2023).

No contexto indígena, no qual línguas nativas não apresentaram predominância na escrita alfabética[3], as práticas de letramento envolvem aspectos da oralidade, codificadores imagéticos e modos outros de transmissão de conhecimento. A esse respeito, a UNESCO[4](2019) advertiu que a extinção de uma língua representa a perda irreparável de saberes culturais, históricos e ecológicos, sendo necessárias ações que amparem a sociolinguística e a continuidade das práticas comunicativas, como o deslocamento de comunidades e contato com outras culturas. A década das línguas indígenas (2022-20232) constituiu um expressivo marco internacional das políticas públicas nesse esforço.

1 Entre os anos 2016 a 2019 foram igualmente analisadas autorias indígenas nos periódicos científicos pelo sistema QUALIS-CAPES. A pesquisa foi financiada pelo edital APQ1 2019 da FAPERJ, em parceria com as bolsistas de Iniciação Científica, Juliana Minervino e Raquel Mendes. Para acessar os dados da investigação realizada entre os anos 2016 a 2019, sugerimos ver as obras: BASTOS LOPES; LUIZ, 2022. Especificamente sobre o Plano Nacional do Livro Didático (PNLD) 2020-2024, ver: LUIZ, 2022.

2 Etnômios são, por definição, palavras que designam etnia, raça, grupo humano, nação e, em alguns casos, equivale a gentílico. Muitos autores utilizam essas denominações como, Sônia Guajajara, Edson Kayapó, entre outros. Em maior repetição, observamos os etnômios citados nas pesquisas com maior popularidade no Brasil e na Bolívia.

3 Afirmar que culturas indígenas eram predominantemente orais é um equívoco já muito bem evidenciado pela linguística, uma vez que os povos indígenas possuem outras formas de escrita e, ainda no século XVII, encontramos vários livros escritos em língua Guarani. Ver: BESSA FREIRE, 2018, MUÑOZ, 2023.

4 Aqui se refere à Década das Línguas Indígenas (2022-2032), legitimada pela UNESCO em 2019.

RIET– ISSN 2676-0355, Dourados, v 5, n. 1, p. 11 a 25, jun./dez., 2026.

Este obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 3.0 Brasil

A respeito das línguas originárias, Baniwa (2019), ressalta o caráter sócio cósmico, que conecta mundos existentes e expressam cosmologias, espiritualidades e racionalidades próprias, não sendo possível enquadrá-las nos gêneros da língua portuguesa. Sob este aspecto, constata-se a premência do ensino bilíngue, mediante o fato de que o letramento necessita ir além da alfabetização convencional em português, para combater o apagamento linguístico, especialmente quando modelos de bilinguismo acedem a língua indígena como etapa transitória (BESSA FREIRE, 2018; PIMENTEL DA SILVA, 2021).

O letramento bilíngue indígena, portanto, reconhece uma estratégia para revitalizar tradições, cosmologias - rituais com risco de desaparecimento. Embora haja iniciativas de produção literária por escritores nativos, esta pesquisa aponta que é preciso ampliar o protagonismo autoral, seja na construção de aportes teóricos que dialoguem com metodologias pós-críticas de ensino, seja na reflexão de materiais didáticos, currículo, assegurando políticas sociolinguistas (BETTIOL, 2022; MUÑOZ CRUZ, 2023).

Metodologia pós-qualitativa

A pesquisa orientou-se, desta forma, a partir de duas grandes hipóteses: a primeira considera a existência de um novo paradigma que tem incorporado autores indígenas nas citações acadêmicas a partir das políticas afirmativas. A segunda, concebeu que apesar da "inclusão escolar", fomentada pelas políticas da UNESCO, a personificação ainda é representada em pressupostos assimilacionistas, que deslocam enunciações indígenas para outros enunciadores (BESSA FREIRE, 2018; BASTOS LOPES, LUIZ, 2022).

Porém, cabe observar, como bem explicitou Elizabeth St. Pierre (2013; 2014) nos estudos que caracterizam uma ontologia quantitativa, bem como as advertências de Edson Krenak (2021), na Áustria e Daniel Justice, no Colorado (2018), a respeito das autorias indígenas, a noção de totalidade numérica em pesquisas sociais concebe, não raramente, projetos fracassados. Neste caso, vamos analisar os dados, aqui, com talvez menos certezas que estes valham. As funções quantificáveis dependem de fatores, como realidade de termos, provas, o que implicaria "suposta razão", e naturalmente, o entendimento de verdade. Tais categorias afirmam o que os autores pós-quali entendem como "uma imitação servil do método das ciências brutas". Ou seja, forja-se um positivismo que concebe uma acepção limitada de pesquisa para as ciências sociais e humanas (ALVAREZ, 2014; KLAHN, 2014; PIERRE, 2013; 2014). Nesse aspecto, as ontologias deleuzianas e os autores indígenas, que não assumem o sujeito / objeto binário como realidade totalitária, assumem de forma relevante no entendimento de que os dados, exclusivamente e, em contextos individuais, não são grandes "qualificadores da realidade".

Os valores que constituem as práticas de formalização para dados científicos, como sistematicidade, linearidade, preocupações obsessivas com categorização, método destituem a ci-

RIET– ISSN 2676-0355, Dourados, v 5, n. 1, p. 11 a 25, jun./dez., 2026.

Este obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 3.0 Brasil

ência (PIERRE, 2013). Em um empirismo das metodologias indígenas da pesquisadora Maori, Linda Smith (2012) e Edson Krenak, na Universidade de Viena, podemos entender que as metodologias descolonizadoras, por exemplo, foram e são particularmente úteis para pensarmos as conexões ao invés de oposições, movimentos em contraposição à categorização, entre outros (BASTOS LOPES; LUIZ, 2022). Nas palavras de St. Pierre (2013):

> Eu li muitos relatórios de pesquisa qualitativa em que as teorias descritas na revisão de literatura foram abandonadas durante a análise porque os pesquisadores estavam obcecados com a "aparência bruta" do senso de dados ao privilegiar a presença de sensação na coleta de palavras de entrevistas face a face e em observações. Codificando palavras / dados (mesmo que usando *a priori* esquemas de codificação); e por "descobrir" regularidades empíricas e padrões (temas) em palavras, textos utilizando indução analítica e realismo ontológico para a sua realização. Essas práticas refletem o positivismo latente que supera o interpretativismo, tratando palavras como dados brutos e numéricos que podem produzir a verdade. Neste cenário, os melhores dados não exigem interpretação teórica, acredita-se que eles podem "falar por si." É realmente bruta tal forma de investigação. [...] No final, os relatórios que não conseguem interpretar, teorizar, não fornecem uma evidência de qualquer coisa muito analítica. Alguém poderia argumentar que a fraqueza desse tipo de pesquisa é causada pelo próprio cientificismo. (St. PIERRE, 2013, p. 3, tradução nossa).

Portanto, se o pesquisador, atualmente, foi destituído da necessidade do indivíduo "lá fora" ("*being there*" and "*being here*" [GEERTZ, 1997]) para "recolher verdades"; toda a estrutura qualitativa é deslocada de seus construtos fundamentais. É particularmente curioso observar, nesse aspecto, a noção do que é considerado autoria. Escolhemos neste artigo considerar autorias, escritas não exclusivamente alfabéticas, mas as que englobam grafismos, ilustrações e artefatos de corpos em processos (LUIZ, 2022). Os periódicos e livros, aqui analisados, abordaram grupos/ sociedades indígenas em suas diferentes concepções e ontologias narrativas.

O Plano Nacional do Livro Didático (2020-2024)

Passemos à análise de dados. O Programa Nacional do Livro e Material Didático (PNLD) implica uma política paradigmática, que foi modificada para funcionar como um instrumento de distribuição de obras para as escolas públicas e aos convênios com instituições comunitárias e filantrópicas. O incisivo ciclo tem duração de quatro anos; para fins de atualização, os materiais são fornecidos mediante recursos governamentais em consonância com as diretrizes políticas. Especificamente, a investigação em torno do PNLD considerou os seguintes critérios e estilos autorais:

RIET– ISSN 2676-0355, Dourados, v 5, n. 1, p. 11 a 25, jun./dez., 2026.

Este obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 3.0 Brasil

- Artigos ou capítulos de livros impressos ou eletrônicos;
- Audiolivros;
- Discursos com versão textual tornada pública;
- Pinturas, gravuras, ilustrações e fotografias;
- Mapas e atlas;
- Música;
- Textos literários, poéticos ou ficcionais;
- *Softwares*, aplicativos ou *sites*;
- Jogos;
- Aulas ou cursos com finalidades educativas;
- Peças de arte ou imagens de representações artísticas, incluindo acervos de museu;
- Transcrição de entrevistas, áudios ou vídeos públicos.

Nas obras em formato de texto escrito, músicas ou vídeos, foram consideradas as versões em língua portuguesa, bilíngue ou em língua nativa.

Muitos acervos são produzidos por grandes grupos editoriais que atuam no setor privado e se empenham nas obras que cumpram a Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Quanto ao tratamento indígena, a maior parte das coleções dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º ano) abordam tópicos genéricos e veiculam imagens sem destacar autorias indígenas em primeira pessoa. Tipicamente, embora as coleções apresentem propostas críticas sobre o que denominam "matrizes culturais do povo brasileiro", apontando similaridades e divergências entre os aspectos de cada cultura; os objetos dos conteúdos quase sempre se referem aos temas de Direitos Humanos e Patrimônio Histórico, sem maiores aprofundamentos.

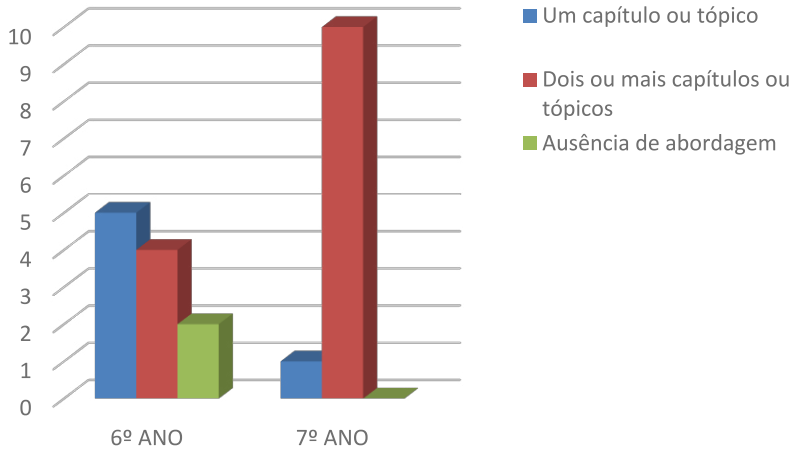
Sob esse aspecto, verificou-se que as coleções didáticas que mais incorporam autorias indígenas, são parte do edital PNLD 2020, endereçado aos Anos Finais do Ensino Fundamental (6º ao 9º ano) para o quadriênio 2020-2024, no currículo de História.

Dentre as 11 coleções aprovadas para os 6º e 7º anos, o quantitativo de materiais analisados foi de 22 livros, sendo 11 para cada série. A seguir, o gráfico apresenta a quantidade de livros que abordam culturas indígenas em seu conteúdo:

RIET– ISSN 2676-0355, Dourados, v 5, n. 1, p. 11 a 25, jun./dez., 2026.

Este obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 3.0 Brasil

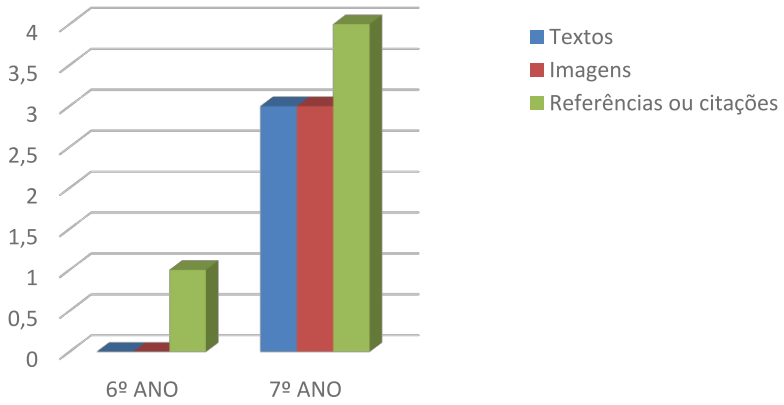
Gráfico 1 - Culturas indígenas nas coleções didáticas do PNLD História – 6º e 7º anos



Fonte: Acervo dos autores

Adiante, o segundo gráfico apresenta o levantamento de livros que contém obras autorais indígenas em sua composição ou que as recomenda como atividade suplementar ou como material de pesquisa para outros desdobramentos pedagógicos. Neste gráfico se analisa a inserção de textos, citações ou imagens que referenciam autores indígenas.

Gráfico 2 – Autorias indígenas nas coleções didáticas do PNLD História – 6º e 7º anos



Fonte: Acervo dos autores

A ausência de autores na maior parte dos livros didáticos é um dado importante a ser considerado, entretanto, as pesquisas sobre populações indígenas na América Latina buscam um panorama histórico que tenta gradativamente evidenciar movimentos ontológicos na atualidade. Em interlocução com nossas primeiras hipóteses, foram negadas nossas suposições de que o número de autorias indígenas seria mais expressivo com o alargamento das políticas afirmativas, tanto quanto a difusão de algumas editoras e livrarias étnicas criadas recentemente.

RIET– ISSN 2676-0355, Dourados, v 5, n. 1, p. 11 a 25, jun./dez., 2026.

Este obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 3.0 Brasil

As autorias indígenas consideradas em todas as etapas, não trataram apenas textos diretos, foram incorporadas às categorias sons, vídeos e imagens, além de acervos diversos. O que implica num alastrado campo de consideração material, embora, como pode-se constatar, as autorias indígenas aparecem em baixa quantidade. Outro ponto especialmente relevante, foi que as ilustrações se encontravam em proporções muito semelhantes aos textos e, em menor quantitativo, comparada às citações de falas[5]evidenciando assim, um apelo imagético em parte das análises. Diferentemente dos autores ocidentais, os escritores indígenas quando evidenciados são acompanhados de apelo iconográfico, foram poucos os fragmentos de textos inteiros escritos por intelectuais indígenas. Em maior repetição, foram encontradas citações de falas ou pequenos trechos que evocavam narrativas míticas e poesias.

Autorias Indígenas em periódicos científicos no Portal Qualis CAPES (2019 A 2025)[6]

Na segunda etapa da pesquisa ocorreu a busca no Portal de Periódicos da CAPES, foram analisadas as palavras-chave "Indígenas em Materiais Didáticos" e a "Representação Indígena no Material Didático", considerando o período compreendido entre 2019 a 2025. O objetivo foi verificar a continuidade da produção acadêmica correlacionada às autorias indígenas. A análise dos resultados revelou uma mudança significativa no sistema de indexação e disponibilização de periódicos CAPES, refletida principalmente na redução do número de periódicos acadêmicos comparado a pesquisas anteriores, produzidas entre os anos 2016 a 2019, com mesmas palavras-chave[7] (BASTOS LOPES; LUIZ, 2022).

O gráfico abaixo refere-se à investigação das palavras-chave "Indígenas em Materiais Didáticos" a partir do exame de um total de 51 artigos. Os dados esboçam que apenas 31,3% dos periódicos apresentavam alguma forma de representação indígena em seus textos, seja por meio de citações diretas de autores, ou, referências indiretas às suas contribuições. Em contraste, o

5 Como demonstra Manuela Carneiro da Cunha (2009), a prática dos missionários jesuítas já combinava as práticas da liturgia com o xamanismo. Nessa variação, o lugar do aedo, do sábio nativo, visto com citações e textos populares é reiteradamente conhecido como "lugar dos indígenas". Suas imagens são veiculadas, porém, os textos inteiros e as autorias, propriamente ditas, são menos recorrentes. A este lugar de destaque político social, mas com pouca relevância técnica e científica, Gersem Baniwa (2012) denomina como "terceira tutela".

6 Partes desta pesquisa, referente aos anos 2019 a 2025, foram organizadas junto ao programa de Iniciação Científica da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), com bolsa CNPq, em parceria com a bolsista Raquel Gomes, coordenados pelo Grupo de Pesquisa Estudos Ameríndios e Fronteiras (GEAF-CNPq).

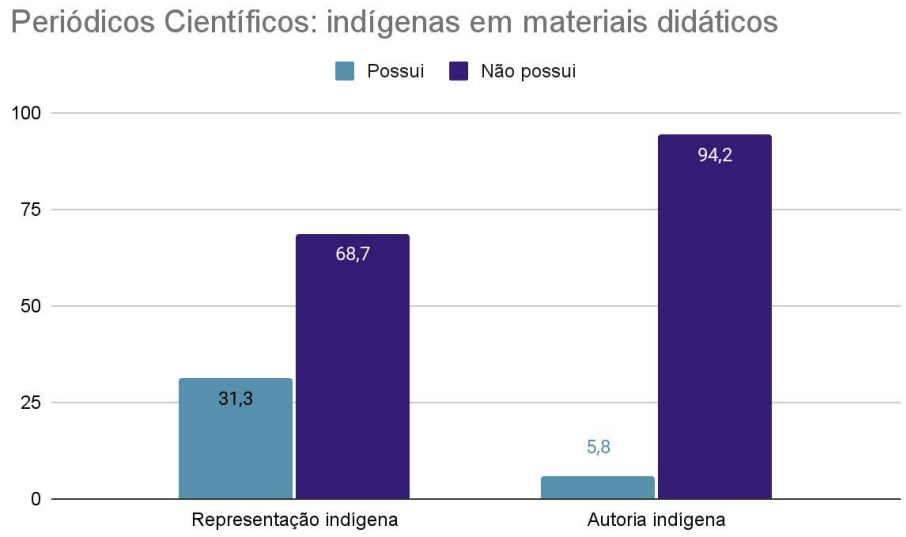
7 Entre os anos de 2016 a 2019 foram igualmente analisadas autorias indígenas nos periódicos científicos pelo sistema QUALIS CAPES. A pesquisa foi financiada pelo edital APQ1 2019 da FAPERJ, entretanto, devido ao período pandêmico, os custos orçamentários foram drasticamente reduzidos. Nestes anos, o sistema QUALIS CAPES ao colocar as mesmas 2 (duas) palavras-chaves "Indígenas em materiais didáticos" e "A representação indígena no material didático" foi encontrado um universo maior de periódicos científicos. A recente atualização do sistema de periódicos CAPES reduziu o quantitativo de artigos disponíveis para análise. Portanto, para acessar os dados da pesquisa realizada entre os anos 2016 e 2019, sugerimos ver as obras: BASTOS LOPES; LUIZ, 2022; LUIZ, 2022.

RIET– ISSN 2676-0355, Dourados, v 5, n. 1, p. 11 a 25, jun./dez., 2026.

Este obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 3.0 Brasil

estudo apresentou que uma parcela significativa, correspondente a proporcionalmente 68,7% dos artigos analisados não continham qualquer menção a representação indígena de forma ampliada, mesmo a palavra-chave sendo específica. No que se refere às autorias ameríndias observou-se que apenas 5,8% dos artigos contavam com a participação desses autores evidenciando, portanto, uma sub-representação considerável.

Gráfico 3 - Análise de Periódicos Científicos



Fonte: Acervo dos autores, 2019 – 2025

A segunda palavra-chave, "representação Indígena no Material Didático", esboçou a maior redução devido a uma súbita mudança no sistema de periódicos da CAPES, apresentando um quantitativo abaixo do esperado. Entre os anos 2019 a 2025 foram encontrados apenas quatro artigos, entre os quais somente um abordava de forma específica o tema "representação indígena nos materiais didáticos". No entanto, chama a atenção, o fato de menos da metade citar a autoria ameríndia no corpo das pesquisas.

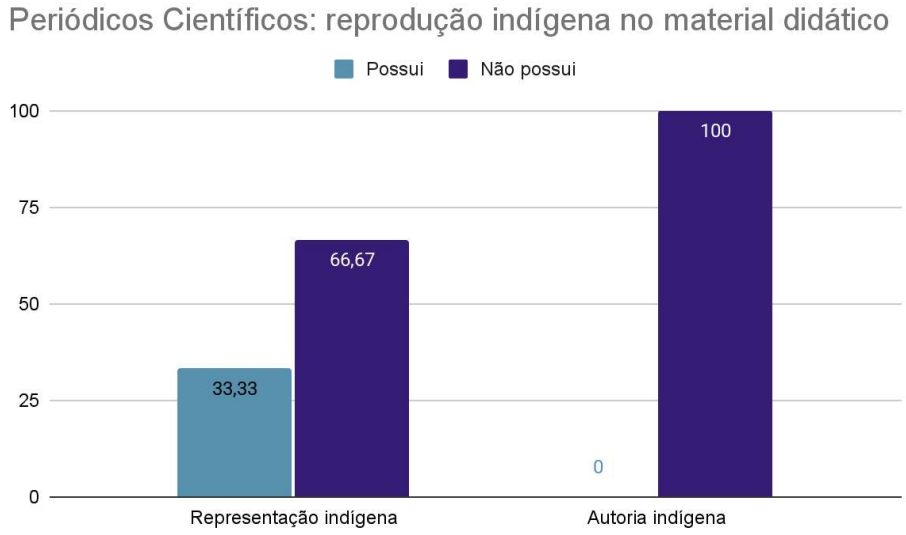
Neste único artigo encontrado, os autores analisaram uma interessante relação de estudo bibliométrico de teses e dissertações brasileiras nos períodos entre 1996-2018. O estudo concluiu que apesar de relevantes, ainda são poucos os trabalhos de pós-graduação que aceitam a análise de materiais didáticos no contexto da educação escolar indígena (HAYASHI, MAROLD, HAYASHI, 2020). Nesse mesmo sentido, nossos estudos analisaram os periódicos científicos e livros didáticos do PNLD, considerando a classe de intelectuais especialistas, já as pesquisas quantitativas de Hayashi (2020), ao analisar os bancos de teses e dissertações sob palavras-chave muito semelhantes, nos confrontam com a mesma baixa quantidade de pesquisas igualmente no campo das formações acadêmicas.

RIET– ISSN 2676-0355, Dourados, v 5, n. 1, p. 11 a 25, jun./dez., 2026.

Este obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 3.0 Brasil

O gráfico 4 expõe que 33,33% dos periódicos analisados apresentavam algum nível de representação indígena em seus conteúdos, enquanto, 66,67% não expuseram nenhuma abordagem relacionada ao tema. Embora parte dessa redução possa ser atribuída à manutenção recente do sistema CAPES, como mencionamos, o que afetou a disponibilização de amostras comparada a anos anteriores, a ausência de indígenas como autor principal ou a referência nas publicações científicas foi repetida como no gráfico anterior. Evidentemente, o número de autorias indígenas, como autor principal, é mais elevado que o encontrado nas amostras de livros didáticos. O que demonstra que a classe científica, nas últimas décadas, tem se esforçado para ampliar estes autores no mercado de citações, o que não ocorreu nos livros escolares selecionados pelo PNLD (2020-2024), ainda que com o financiamento público e avaliações que recaem sob essas literaturas.

Gráfico 4 - Análise de Periódicos Científicos



Fonte: Acervo dos autores, 2020 – 2024

Entre os autores mais populares, destacaram-se, Ailton Krenak, Eliane Potiguara, Gersem Baniwa e Daniel Munduruku, reiteradamente citados nos livros didáticos. Em relação aos artigos científicos, propriamente, como primeira autoria, desconsiderando os impactos bibliométricos das citações, Bruno Ferreira Kaingang, foi o autor indígena com maior número de artigos científicos em ambas as palavras-chave.

Como mencionamos, os dados quantitativos não devem servir ao método das ciências brutas, principalmente, às pesquisas sociais. A hipótese de que haveria um aumento e, até mesmo,

RIET– ISSN 2676-0355, Dourados, v 5, n. 1, p. 11 a 25, jun./dez., 2026.

Este obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 3.0 Brasil

a expansão do tema, após impacto de políticas afirmativas[8] foi comprovada. Em contraposição, o baixo índice de autorias tanto em livros do PNLD, quanto em periódicos científicos, negou nossas hipóteses de que autores indígenas seriam mais popularizados devido ao aumento de livrarias étnicas especializadas nos últimos anos. O que ambas as pesquisas encontraram, ressalta um mercado em que, reiteradamente, os indígenas aparecem como citações em pequenos trechos de entrevistas, notas de imprensa, imagens públicas, mas, a integralidade de artigos foi raramente exposta.

Tais aspectos têm correlação com o que Edson Krenak[9], um dos vencedores do prêmio Tamoio de Literatura, relatou em entrevista quando critica o fato do mercado literário restringir a autoria indígena à Literatura Infantil. O que reverbera aspectos preconceituosos e esquemáticos ao limitar o segmento de público. Nas explicitações de Krenak (KRENAK; BASTOS LOPES; PEIXOTO, 2021):

> Danielle Bastos: Você citou em sua fala anterior que o mercado editorial brasileiro muitas vezes infantiliza o indígena. Como observa o mercado editorial brasileiro e as narrativas ameríndias?
>
> Edson Krenak: Existe, no Brasil, essa longa tradição de classificar a literatura indígena como infantil. Não depreendo a literatura infantil, pois ela é importantíssima e para ser sincero eu não acredito nessa classificação de literatura infantil, literatura adulta. Eu creio que a literatura é literatura e ponto. Eu leio diversos autores, histórias curtas, histórias longas e o que define a literatura é o aspecto da metodologia indígena ser relacional, se relacionar. Com quem eu me relaciono quando eu estou usando a literatura? Então se existe relação de poder, eu preciso hierarquizar a literatura, literatura adulta, literatura infantil, literatura de terror ou o que seja. Mas se existe uma relação de confiança, de amor, de ancestralidade, coletiva, comunitária de quem está lendo e usando essa literatura, se existe essa relação de respeito, não tem necessidade de classificar como literatura infantil, não tem necessidade de usar novamente essa arma de quase 200 anos, colonizadora, de definir a literatura indígena dentro de uma jaula, dentro de um arcabouço, dentro de uma caixa limitada.
>
> Logo continua, mas aqui, o autor redefine o que seria um clássico da literatura indígena:
>
> Eu vou redefinir o clássico, usando o Ítalo Calvino. Ele diz que clássico é toda obra que você nunca lê pela primeira vez. Nesse sentido, quando você

8 Refere-se à Lei 10.639/2003, atualizada para Lei 11.645/2008, que torna obrigatório o ensino da cultura e história africana e indígena em todos os níveis de Educação Básica.

9 Edson Krenak, é doutorando na Universidade de Viena e um dos vencedores do célebre Prêmio Tamoio de Literatura, organizado pelo Instituto UKA, que tem a entrega dos prêmios durante o Salão FNLIJ do Livro. Ver entrevista publicada na Revista Teias (UERJ). Cf: KRENAK, Edson; BASTOS LOPES, Danielle; PEIXOTO, Leonardo. "Com que sangue foram feitos meus olhos?" Conversando com Edson Krenak sobre literaturas e metodologias indígenas. *Revista Teias*, Rio de Janeiro, v. 22, [n. 70 especial], p. 12-28, 2021.

RIET– ISSN 2676-0355, Dourados, v 5, n. 1, p. 11 a 25, jun./dez., 2026.

Este obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 3.0 Brasil

> lê um clássico, está lendo de novo. [...] Toda literatura indígena é clássica, pois quando ela é falada, publicada, ela já está sendo repetida. Ela foi repetida muitas vezes, por muitos ancestrais, muitas vozes, muitos lugares. Ela só está chegando a você pela primeira vez, mas considere essa história como um clássico. Qualquer literatura indígena. E esteja aberto para dialogar com os enunciadores, os autores, com esse "eu coletivo" da literatura indígena, em que o eu somos nós. Assim, você pode apreciar. Naturalmente, que quando eu falo que toda literatura indígena é clássica, eu não estou aqui colocando de lado a importância de autores como Daniel Munduruku, Olívio Jekupé, Eliane Potiguara e tantos outros nomes que são nossos mestres, guias, pajés da contação de história. Mais que isso, eles são os nossos mestres da tradução cultural, como recontar essas histórias para uma audiência não indígena. É o que nos ensinam. (KRENAK, BASTOS LOPES, PEIXOTO, 2021, p. 21- 22).

Estas considerações provocadoras convocam ao debate sobre os estatutos de poder diglóssico e narrativo, por outro lado, apresentam um campo no mercado editorial mais promissor a estes escritores, desde que reduzidos a um nicho de público. O que destoa, de forma ainda mais incisiva, das iniciativas da Década das Línguas Indígenas ancorada pela ONU no cenário internacional e demais políticas afirmativas.

Tapirapé (2013), observa os saberes indígenas que se encontram associados como uma teia e em muitos casos, esses conhecimentos sequer podem ser nomeados sob a lógica ocidental, pois se baseiam em princípios epistêmicos que desafiam as fronteiras biologizantes e funcionam sob uma perspectiva não fragmentada, que não dissocia o cérebro do coração, a razão, dos sentimentos, o cognitivo, do espiritual. Para o mundo ameríndio, o aprendizado congrega múltiplos saberes simultaneamente e uma única palavra, a depender do contexto, assume distintos significados, "pois nada está só no mundo" (APINAJÉ, 2009 *apud* PIMENTEL DA SILVA, 2010, p.13).

Considerações Finais

Podemos concluir, portanto, dois pontos convergentes com a pesquisa. O primeiro público, livros didáticos, selecionados no PNLD (2020-2024), expuseram pouca representação das enunciações indígenas e, em número muito reduzido, as autorias propriamente ditas. Chegando a total ausência em parte dos livros investigados, ainda que a pesquisa tenha considerado o segmento escolar com maior número desse tipo de estudo em seus conteúdos. Este aspecto chama atenção, tendo em vista que esses materiais passam por criteriosa curadoria antes da entrada no Programa Nacional do Livro Didático, além do fato da própria legislação promover a obrigatoriedade da temática indígena e africana na Educação Básica.

O segundo ponto, considera que o público científico, intelectuais e pesquisadores, citam com maior reiteração os autores indígenas, ainda que as pesquisas em revistas científicas

RIET– ISSN 2676-0355, Dourados, v 5, n. 1, p. 11 a 25, jun./dez., 2026.

Este obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 3.0 Brasil

apresentassem um quantitativo reduzido, devido a mudanças no sistema CAPES. Os etnômios, relativos a autorias principais, foram difíceis de serem analisados nos indexadores das revistas, mas foram considerados nos estudos qualitativos em todas as etapas da investigação.

O mercado de citações tem demonstrado, portanto, como etnômios, autorias e citações indígenas que não são de um sujeito, mas de toda uma comunidade epistêmica que desloca a norma vernacular das indexações. Assim como os estudos sobre circulação das autorias por mulheres (ALVAREZ, 2014; COSTA, ALVAREZ, 2013; KLAHN, 2014), mas em muito menor prospecção, podemos afirmar que os autores indígenas continuam sub-representados. Estes estudos mapearam os deslocamentos teóricos através das relações de poder e marginalidade, evidenciam, portanto, as zonas de tradução e asseguram a categoria analítica majoritariamente a autores brancos (BASTOS LOPES; LUIZ, 2022; COSTA, ALVAREZ, 2013).

Agradecimentos

Este trabalho obteve financiamento da Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa, pelo edital APq1- FAPERJ, no ano de 2019. Porém, por se tratar de período pandêmico, os orçamentos foram drasticamente reduzidos. A atual investigação é amparada pelo Edital Jovem Cientista do Nosso Estado - JCNE (2024-2027).

Referências

ALVAREZ, Sonia. E. Introduction to the project and the volume: enacting a translocal feminist politics of translation. In: ALVAREZ, S. E.; COSTA, C. L.; FELIU, V.; HESTER, R.; KLAHN, N.; THAYER, M. (Ed.). *Translocalities/Translocalidades:* feminist politics on translation in the Latin/a Americas. Durham: Duke University Press, 2014. p. 1-19.

BANIWA, Gersem. *Educação escolar indígena no século XXI:* encantos e desencantos. Rio de Janeiro: Mórula/Laced, 2019. Disponível: <https://acervo.socioambiental.org/sites/default/files/documents/F3L00006.pdf>. Acesso 14 ago. 2025.

BASTOS LOPES, Danielle; LUIZ, Juliana R. O mercado de citação das autorias indígenas no Brasil: um estudo político. *Tellus,* Mato Grosso do Sul, v. 22, n. 49, p. 91–108,2022.

BETTIOL, Célia Aparecida. Escolas e professores indígenas: reflexões sobre a formação e o uso das línguas indígenas. *ODEERE: Revista Internacional de Relações Étnicas*, v. 7, n. 3, p. 87–101, 2022. Disponível: <https://periodicos2.uesb.br/odeere/article/view/11597>. Acesso: 23 ago. 2025.

BESSA FREIRE, José R. Changing policies and language ideologies with regard to indigenous languages in Brazil. In: CAVALCANTI, M.C; MAHER, T. M. (Org.). *Multilingual Brazil*: language resources, identities, and ideologies in a globalized world. London/ New York: Routledge, 2018. p. 27- 40. Disponível: <https://doi.org/10.4324/9781315623870>. Acesso: 21 set 2025.

Este obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 3.0 Brasil

BOTO, Carlota. Magda Soares e o processo de alfabetizar letrando. *Jornal da USP* [online], São Paulo, 2023. Disponível: < https://jornal.usp.br/?p=604410>. Acesso: 26 ago. 2025.

BRASIL. *Lei n. 11.645/08 de 10 de março de 2008*. Altera a Lei n° 10.639, de 9 de janeiro

de 2003. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 2008.

BRASIL. Ministério da Educação [MEC]. *PNLD 2020*: história – guia de livros didáticos. Brasília, DF: MEC; Secretaria de Educação Básica, 2019. Disponível: <https://pnld.nees.ufal.br/assets-pnld/guias/Guia_pnld_2020_pnld2020-historia.pdf.> Acesso: 5 maio 2025.

COSTA, Claudia. L.; ALVAREZ, Sonia E. A circulação das teorias feministas e os desafios da tradução. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 21, n. 2, p. 579-86, 2013.

CUNHA, Manuela Carneiro da. *Cultura com aspas e outros ensaios*. São Paulo: Cosac & Naify, 2009.

FOUCAULT, Michel. A escrita de si. *In*: FOUCAULT, M. *O que é um autor?* Lisboa: Passagens, 1992. p 129-160.

GEERTZ, Clifford. *O saber local*: novos ensaios em antropologia interpretativa. Petrópolis: Vozes, 1997.

HAYASHI, Maria Cristina P. I.; MAROLDI, Alexandre M.; HAYASHI, Carlos R. M. Estudo bibliométrico de teses e dissertações brasileiras (1996-2018) sobre materiais didáticos específicos e diferenciados para populações indígenas. *Revista Brasileira de Educação do Campo*, Tocantinópolis, v. 5, p.1-26, 2020. Disponível: <http://dx.doi.org/10.20873/uft.rbec.e9151> Acesso: 30 set. 2025.

JUSTICE, Daniel H. *Why indigenous literatures matter?* Waterloo, Ontario: Wilfrid Laurier University Press, 2018.

KLAHN, Norma. Locating women's writing and translation in the Americas in the age of latinoamericanismo and globalization. In: ALVAREZ, S. E.; COSTA, C. L.; FELIU, V.; HESTER, R.; KLAHN, N.; THAYER, M. (Ed.). *Translocalities/Translocalidades:* feminist politics on translation in the Latin/a Americas. Durham: Duke University Press, 2014. p.39-56.

KRENAK, Edson; BASTOS LOPES, Danielle; PEIXOTO, Leonardo. "Com que sangue foram feitos meus olhos?" Conversando com Edson Krenak sobre literaturas e metodologias indígenas. *Revista Teias*, Rio de Janeiro, v. 22, [n. 70 especial], p. 12-28, 2021.

LUIZ, Juliana Rios. Autorias indígenas nos livros didáticos do PNLD: culturas, ausências e desafios. 2022. *Dissertação* (Mestrado Profissional em Ensino de Educação Básica) – Instituto de Aplicação Fernando Rodrigues da Silveira, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2022.

MUÑOZ, H. C. *El lento cambio:* consensos, mediaciones y regulaciones para arraigar diseños multilingües interculturales. Ciudad de México: Ediciones del Lirio, 2023.

Este obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 3.0 Brasil

PIERRE, Elizabeth A. St. An always already absent collaboration. *Cultural Studies - Critical Methodologies*, [s.l.], v. 14, n. 4, p.374-79, 2014.

PIERRE, Elizabeth. A. St. The appearance of data. *Cultural Studies - Critical Methodologies*, [s.l.], v. 13, n. 4, p. 223-27, 2013.

PIMENTEL DA SILVA, Maria do Socorro. Ensino e aprendizagem de línguas numa perspectiva bilíngue intercultural. *In:* PIMENTEL DA SILVA, Maria do Socorro; BORGES, Mônica Veloso; ROCHA, Leandro Mendes (Org.). *Cidadania, interculturalidade e formação de docentes indígenas*. Goiânia: PUC/GO, 2010. p. 85-102.

PIMENTEL DA SILVA, Maria do Socorro. Letramento em línguas indígenas na retomada de saberes ancestrais. *Revista Tellus*, v. *20*, n. 43, p. 251–272, 2021. Disponível: <https://doi.org/10.20435/tellus.v20i43.705>. Acesso: 13 ago. 2025

RAPPAPORT, Joanne. Más allá de la escritura: la epistemología de la etnografía en colaboración. *Revista Colombiana de Antropología*, Bogotá, n.43, p. 197-229, 2007.

SMITH, Linda T. *Decolonizing methodologies*: research and indigenous peoples. New York: University of Otago Press, 2012.

SOARES, Magda. *Alfabetização e letramento*. São Paulo: Contexto, 2008.

TAPIRAPÈ, Fábio Tuilari. *Relatório de Estágio Pedagógico do Curso de Educação Intercultural*. Goiânia: UFG/Núcleo Takinahakỹ de Formação Superior Indígena, 2013.

UNESCO. *Rights of indigenous peoples*: rights of indigenous peoples. Resolution adopted by the General Assembly. United Nations, Treaty Series, v. 1650, n. 28383, 2019.

Este obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 3.0 Brasil